



CORONEL HERMES

Oficial de Ligação junto ao Exército Português.

AÇÕES CONTRA A GUERRA HÍBRIDA: UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS (FAP)

Nos últimos anos, ao par de um enorme incremento na quantidade e rapidez da circulação de informações mundo afora, começaram a surgir indícios de que, aparentemente, no caudal dessa revolução informacional, grandes potências internacionais possam estar desenvolvendo meios e processos inovadores para a obtenção do máximo de vantagens geoestratégicas sobre seus rivais na arena internacional. Desse modo, em um ambiente de complexidade, incertezas e assimetria militar cada vez maiores, as Forças Armadas ocidentais vêm tentando entender, se preparar e se defender contra o que chamam de ameaças híbridas, cada vez mais, podendo evoluir para um conflito aberto (guerra híbrida) nesses mesmos termos.

Embora para muitos autores não seja algo inédito, o conceito de guerra híbrida, de acordo com Arsani Bilal (2021), *“has gained significant currency and relevance in recent years as states employ non-state actors and information technology to subdue their adversaries during or—more importantly—in the absence of a direct armed conflict”* [1]. Significativamente, os primeiros vislumbres doutrinários desse atual estado de coisas surgiram ainda em 1999, na China, em um estudo, supostamente vazado, onde dois oficiais superiores chineses discutiam formas de seu país vencer uma potência com superioridade tecnológica por meio de ações aparentemente heterodoxas e inovadoras (políticas, culturais, econômicas, psicológicas e outras). Tal estudo, o famoso “A Guerra Além

dos Limites” foi bastante disseminado nos países ocidentais, a partir de sua tradução para idiomas ocidentais, no começo deste século (LIANG, XIANGSUI, 1999)

Logo depois, em 2005, ainda no contexto das intervenções, no Afeganistão e no Iraque, pós-11 de setembro de 2001, dois importantes e experimentados oficiais norte-americanos escreveram sobre o advento de uma era de crescente uso de guerras híbridas, caracterizadas por intenso, variável e imprevisível uso de métodos de guerra e de não guerra, ou seja, estratégias convencionais e não convencionais para ganhar guerras (BILAL, 2021). Na verdade, o General Mattis e o Coronel Hoffman, longe de apenas descrever o fenômeno, capturado à luz do avistado nas lutas contra as insurgências islâmicas, buscavam demonstrar a necessidade de adaptação dos militares norte-americanos para vencer essas chamadas guerras híbridas ascendentes (MATTIS e HOFFMAN, 2005).

No campo prático, em 2014, na sequência de uma grave crise política na Ucrânia (a chamada Revolução Laranja ou, também, Euromaidan), com fortes indícios de influência estrangeira em prol de ambas as forças políticas em luta e já com incidentes tipicamente híbridos anotados (guerra de narrativas, insuflação de protestos, operações psicológicas, prisões e assassinatos políticos), a Rússia desencadeia uma breve operação militar, com ações em situações de guerra e não guerra, que culmina com a anexação da estratégica Península da Crimeia, ao sul do território ucraniano. Nessas ações, os russos utilizaram toda uma gama de atividades regulares e, especialmente, irregulares (uso de tropas descaracterizadas, emprego de paramilitares locais, pressões econômicas, táticas de desinformação, operações psicológicas) para tornar sua ocupação, rapidamente, um fato consumado.

Aparentemente, o planejamento russo previa uma rápida reocupação tanto da Crimeia quanto dos territórios ucranianos, com maioria russa, na chamada Bacia do Rio Donetz, ou *Donbass*, o que não foi efetivado em 2014. Desde então, seguiram-se vários anos de crise entre os dois contendores. Em 2022, com a deterioração, sem retorno, das

relações entre os dois países, a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia se inicia em fevereiro de 2022, chamando a atenção de toda a comunidade internacional por seus graves desdobramentos até o presente. Longe de significar o encerramento do uso de uma estratégia híbrida, vemos que as Forças Armadas russas, em plena operação especial na Ucrânia, continuam a lançar mão de ações de não guerra (pressão econômica, desinformação, ações psicológicas e outras), desta feita, com risco de escalada desenfreada do conflito, contra os países europeus, simpatizantes da Ucrânia e, quase todos, pertencentes à chamada Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Ora, para a OTAN, até 2018, a guerra híbrida seria a “combinação de ações diplomáticas, políticas, midiáticas, cibernéticas e militares com a finalidade de desestabilizar e solapar um governo oponente” (FOREIGN POLICY, 2018). Com o advento da Guerra da Ucrânia, no ano de 2022, a OTAN passou a detalhar ainda mais sua visão sobre o novel, e complexo, tema. Nesses termos, para a Aliança Ocidental a guerra híbrida incluiria agora métodos diversos “tais como: propaganda, fraudes, sabotagem e outras táticas não militares – (que) desde muito tempo vêm sendo usadas para desestabilizar adversários. O que há de novo sobre os ataques vistos recentemente é a sua velocidade, escala e intensidade, facilitada pelas rápidas mudanças tecnológicas e interconectividade” (NATO, 2023) [2].

Dentre tais países acima mencionados, temos Portugal, país que tem sido membro dessa aliança militar, por sua localização e domínio de territórios estratégicos (como o Arquipélago dos Açores), desde os primórdios nos anos 1950. Como consequência, dada a sua longa presença na Aliança Atlântica, as Forças Armadas portuguesas apresentam profunda integração com a OTAN, o que, naturalmente, inclui a adoção não somente dos mesmos armamentos e equipamentos, mas também da organização, do preparo e até mesmo dos mecanismos de emprego preconizados por ela.

Independente da visão da OTAN, segundo o Exército português, por meio da sua

Divisão de Doutrina, Normalização e Lições Aprendidas (DDNLA) [3], do Estado-Maior do Exército português, atualmente ainda não há ainda uma definição fechada, por parte desse Exército, sobre quais temas estarão incluídos no conceito de guerra híbrida, nem do que exatamente se trate o conceito. Note-se, todavia, que tal concepção está em desenvolvimento no âmbito Exército português, devendo, qualquer definição sobre o mesmo, certamente, estar alinhado com o entendimento aceito pela OTAN.

Em reforço a isso, é importante destacar a crescente participação e, logo, experiência internacional do Exército português em missões de paz recentes, especialmente em solo africano, mas também no Oriente Médio (Iraque, Afeganistão e Líbano); quer seja no âmbito da Organização da Nações Unidas (ONU), quer seja no da OTAN, ou ainda, no âmbito de missões militares da União Europeia (UE).

A crescente experiência internacional das Forças Armadas portuguesas não se limita à sua longa participação nas atividades da OTAN, mas abarca também missões individuais e coletivas em vários continentes, quer seja a serviço da UE ou da ONU, mas também de acordos bilaterais de assistência entre Portugal e determinadas nações. Com isso, sem falar de sua longa Guerra de Ultramar (1961-1974) – quando combateu, empregando milhares de militares contrainsurgências em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – Portugal também desdobrou forças, em décadas mais recentes, principalmente, no Afeganistão, Líbano, Iraque, Mali e República Centro-Africana (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2022a).

Não obstante, a momentânea indefinição sobre o significado de guerra híbrida para os portugueses (Do que se trata? Quais seus limites éticos? Que atividades abarca?), nada impede de se fazer um rápido vislumbre, longe de se pretender esgotar o tema, sobre a experiência portuguesa em alguns assuntos que tenham relação com ameaças ou guerras híbridas, por exemplo: o emprego de empresas militares privadas (EMP), as ações na dimensão informacional, o emprego de dispositivos explosivos improvisados (IED) e as ações de contrainsurgência.

EMPRESAS MILITARES PRIVADAS

No que tange ao emprego de empresas militares privadas, o Exército português colheu ensinamentos sobre o tema certamente em sua profícua experiência na República Centro-Africana (RCA), onde possui um papel significativo, ao chefiar a Missão de Treino da União Europeia na República Centro Africana (EUTM-RCA, sigla em inglês), enviando também elementos nacionais ao terreno. Nesse mesmo país, integra, da mesma forma, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA/RCA, sigla em inglês), onde colabora com as demais forças militares internacionais desdobradas no terreno.

O término da 1ª Guerra Fria (1949-1991) testemunhou a expansão de diversos atores privados envolvidos em atividades, até então, tradicionalmente monopolizadas pelos estados-nação. A beligerância, nas suas diversas dimensões, passou a ser uma atividade na qual as empresas privadas passaram a se envolver com, cada vez mais, frequência e intensidade.

Conforme Menezes, historicamente, ao

menos desde a Idade Média, os exércitos não eram entidades declaradamente públicas, consistindo na reunião de contingentes militares recrutados por parte da nobreza subordinada aos monarcas. Apenas com o estabelecimento dos exércitos de cidadãos (*a Levée en masse*, desencadeada a partir da Revolução Francesa) é que surge o moderno conceito do uso estatal da violência para garantir a *protecção* dos seus cidadãos e, em última análise, a salvaguarda da soberania do mesmo (MENEZES, 2008).

Após um auge na 2ª Guerra Mundial, ocorre um gradual refluxo do monopólio estatal da violência organizada desde o fim do período da Guerra Fria. Desde então, tem-se assistido à falência progressiva do que Carl von Clausewitz designou por “Trindade da Guerra”, ou seja, a fórmula que orientava os conflitos modernos e ditava que na guerra “o governo orientava, o exército combatia e o povo arcava com o ônus das ações” (VAN CREVELD, 1991). O paradoxo é que, embora o povo continue a desempenhar o desígnio citado, os governos e os exércitos desempenham cada vez menos as suas funções de forma exclusiva.

Fig 1 - Supostos membros de EMP Wagner na RCA em 2019.



Fonte: GILBERTSON (2019).

Contrariamente à realidade verificada nos últimos séculos, os indivíduos e grupos passaram a assumir, cada vez mais, funções militares, tanto para assegurar a sua proteção como para tentar impor a sua vontade política. Esse fato é verificável no aumento de conflitos internos, ou seja, dentro dos diversos países, que têm aumentado desde o início da década de 1990. Em um estudo sobre os padrões dos conflitos armados contemporâneos, Lotta Harbom e Peter Wallensteen apuraram que, entre 1997 e 2006, somente três conflitos ocorreram entre diferentes Estados. Os outros 31 conflitos armados registados eram intraestatais, associados à conquista do poder governamental ou à posse territorial (HARBOM e WALLENSTEEN, 2007).

Em seu estudo sobre empresas militares privadas, o professor Luis Miguel da Vinha, da Universidade de Coimbra, cita quatro fatores contribuintes para o atual avanço dessas empresas militares: 1) redução de efetivos militares no começo do século atual, como reflexo do final da Guerra Fria; 2) vazio militar criado em determinadas áreas do mundo, com o fim da Guerra Fria; 3) invasão do Iraque, em 2003, e necessidade de tropas “especiais” para o desempenho de tarefas vedadas aos militares regulares e 4) resposta do mercado às premissas apontadas anteriormente, refletindo a tendência contemporânea civil de *outsourcing* ou “terceirização” (DA VINHA, 2009).

Dentre as diversas empresas militares civis com as quais o Exército português travou contato, em especial, em missões na África, destaca-se o Grupo Wagner, também conhecido como Companhia Militar Privada Wagner. Especialmente, na República Centro-Africana, onde os portugueses atuam em prol da ONU, há uma presença ativa da EMP Wagner no desempenho de tarefas de segurança, de interesse russo, mas que não poderiam ser efetuadas por tropas regulares russas, como exemplo, temos a segurança aproximada das instalações governamentais e do próprio presidente da RCA.

Ainda no que diz respeito à EMP Wagner, na África, diversos oficiais portugueses, tendo em vista sua experiência em corpos de tropa em missões de paz naquele continente, em especial, na MINUSCA, comentaram acerca da postura evasiva, não colaborativa e beirando a

hostilidade, para com as tropas ocidentais por parte de seus integrantes lá alocados.

Assim, no enfoque português, fica bem evidente que tal empresa permite que a política exterior russa atue em diversos cenários externos, mesmo com aparente falta de lógica entre eles, com a vantagem de não expor, oficialmente, as tropas e a reputação da Federação Russa (GOMES, 2022).

Nesse contexto, não é de se estranhar que a Wagner seja considerada como uma típica ferramenta de estratégia híbrida: ferramenta versátil, discreta e barata de atuar em negócios internos de determinado país, tendo ainda a grande vantagem de não atrair – diretamente – a imagem russa perante a opinião pública mundial.

De uma forma geral, no entendimento português, embora as EMP sejam uma atualização do conceito clássico de “mercenários” e uma realidade cada vez maior nos campos de batalha atuais (até mesmo em conflitos convencionais abertos, como é o caso do que ocorre na Ucrânia), há uma tendência futura de que a atividade, de alguma forma, idealmente pelas Nações Unidas, seja regulamentada (SARAIWA e ROQUE, 2013).

Isso porque, na visão portuguesa, as atividades desempenhadas pelas EMP tendem a fugir à tendência, de uma cada vez maior regulamentação das relações interestatais (o que começa, primordialmente, com a Paz de Westfália, de 1648). Essa, como é bem sabido, estabeleceu os princípios que caracterizam o Estado moderno, destacando-se o estabelecimento de conceitos seminais tais como: a soberania, a igualdade jurídica entre os estados, a territorialidade e a não intervenção.

Ora, as EMP, não regulamentadas e sob controle estatal discreto, tendem a exercer, ao contrário da tendência esperada, um efeito de burla das leis internacionais, na medida em que podem desencadear ações lesivas aos Direitos Humanos fundamentais, sem que haja responsabilização dos atores efetivamente beneficiados, mesmo que indiretamente, por supostas ações ou atividades, criminosas.

Segundo o estudo realizado por Gomes, por exemplo, a EMP Wagner, na RCA, vem perfazendo uma série de atividades bastante abrangentes em seu escopo, caracterizando assim a expansão de suas capacidades militares:

Tabela 1 - Tarefas executadas pelo EMP Wagner (WG) na RCA em 2022.

TAREFA	DESCRIÇÃO
Paramilitares	Treinar, equipar, auxiliar e habilitar as forças da nação anfitriã e/ou milícias locais para operações no campo de batalha.
Combate	Fornecer capacidades-chave táticas para tarefas específicas, como: <i>sniper</i> , fogos, apoio, antiaéreas e ações diretas.
Informações	Com os operacionais do WG com ligações à agência de informações russa GRU, recrutar fontes humanas, orientar meios ISR5 e conduzir missões secretas e de sabotagem.
Proteção	Garantir proteção a altos funcionários dos governos locais, incluindo operar conjuntamente com guardas presidenciais.
Segurança de Infraestruturas	Proteger infraestruturas de energia, mineração e de extração mineral a pedido das nações anfitriãs e de empresas russas que operam no exterior.
Propaganda e Desinformação	Conjuntamente com meios de comunicação social associados, disseminar mensagens e narrativas pró-russas aos públicos-alvo através da intranet e no terreno

Fonte: (GOMES, 2022, Apêndice A)

Em termos de tendências futuras, o pensamento português é que, em nome da contenção da “guerra sem limites”, os Estados não deveriam generalizar o emprego das EMP, em substituição completa das forças militares estatais, pois tal exercício, somente por entidades privadas parece uma visão totalmente irrealista. Ao contrário, “as EMP apenas deveriam realizar funções que não o combate e de acordo com estritas normas de conduta, devendo desempenhar preferencialmente funções de consultadoria e formação, como na atualidade as realizadas por civis, uma vez que se trata de civis - e não militares” (SARAIVA e ROQUE, 2013).

Não obstante, ao contrário do postulado acima, pelo menos no que tange o pensamento russo sobre o tema e considerando o que vem ocorrendo na Guerra da Ucrânia, as EMP, com destaque para o Grupo Wagner, vêm sendo cada vez mais contratadas e utilizadas para suprir a escassez de militares bem treinados para o desempenho de tarefas essenciais ao pesado esforço de guerra russo naquela região do leste europeu.

AÇÕES NA DIMENSÃO INFORMACIONAL

Conforme a doutrina militar contemporânea, o combate moderno depende bastante da correlação entre as diversas dimensões do combate, com destaque, no

caso da guerra híbrida, para ações no campo informacional. Essa, como é bem sabido, abrange os sistemas modernamente utilizados para a obtenção, produção e difusão dos conhecimentos, sem esquecer da possibilidade de atuação para impactar eventos, militares ou não, em curso.

Atualmente, a dimensão informacional vem ganhando cada vez mais importância, à luz do conflito na Ucrânia, onde o espaço midiático, em especial nas redes sociais, também faz parte do campo de batalha. Alinhado a isso, o Exército português vem atuando com maior ênfase, nos últimos anos, nas redes sociais. Nessas, esse Exército possui contas públicas institucionais no Facebook (@ExercitoPortuguesPRT), com 181 mil seguidores; no Instagram (@exercitoportugues_oficial), com cerca de 68 mil seguidores; no Youtube (Exército Recrutamento), com 17,7 mil seguidores; no Twitter (@Exercito_pt), com 5,7 mil seguidores e no Whatsapp (+351 800 20 1274). Nesses canais, apesar da quantidade baixa de seguidores, sobretudo se comparado a outros exércitos, o Exército português vem aumentando gradualmente o seu número de seguidores, com destaque para o seu crescimento no Facebook e no Instagram, duas das redes sociais de maior popularidade, tanto em Portugal quanto no mundo.

Segundo o Exército português,

o reconhecimento, em 2016, do ciberespaço como um novo domínio das operações militares pela NATO, trouxe consigo uma necessidade urgente de desenvolver novas capacidades, doutrinas e procedimentos, num tempo reduzido e numa área em contínua evolução tecnológica. Também a emergência de conflitos de natureza híbrida, onde os ciberataques e as operações de informação constituem um dos vetores de coação mais utilizados, acentuou a necessidade de as Forças Armadas e o Exército garantirem a sua resiliência operacional (A MENSAGEM, 2022).

Ainda no caso português, como parte integrante da OTAN, a resposta a esses desafios vem sendo feita de forma alinhada ao que é preconizado por aquela aliança militar, destacando que Portugal sedia um núcleo do órgão da OTAN responsável pela formação de quadros nas áreas de comando e controle, comunicações, cibersegurança e ciberdefesa, inteligência, vigilância e reconhecimento, caracterizando a chamada capacidade C5IRS. Embora voltada para a área operacional, a Academia de Comunicações e Sistemas de Informação da OTAN (*Communications and Information Agency*, NATO, sigla em inglês) é uma de suas escolas de formação, certamente tem reflexos na dimensão informacional do combate.

A presença desse centro de excelência possibilita ao Exército português estar sempre desenvolvendo sinergias e parcerias, não somente com pessoal especializado dos exércitos aliados, mas igualmente com a base industrial de defesa e centros de pesquisas desses mesmos países.

Atualmente, em face dos desafios constantemente elencados pela OTAN, o Exército português vem buscando estar à altura dos requisitos operacionais mais modernos da Aliança, com destaque para a implementação da capacidade cibernética e de inteligência artificial, em um modelo cada vez mais maduro frente às exigências do combate contemporâneo (MARQUES, 2017).

No campo da ciberdefesa, Portugal tem

coordenado a realização regular de exercícios nesse setor, chamada *CiberPerseu*. Essa, na edição de 2022, focou na resposta e mitigação de incidentes no campo da ciberdefesa, tendo contado com a participação de militares de diversos países amigos e aliados, inclusive brasileiros. Com o *CiberPerseu 22*, o Exército português reafirmou o nível de ambição de treinar os elementos da componente operacional do sistema de forças, em particular as suas estruturas orgânicas de ciberdefesa, na condução de operações de multidomínio, consolidando e progredindo a sua capacidade e os conhecimentos técnicos associados à condução de operações no, e através do, ciberespaço, incrementando o nível de cooperação e partilha de informação para uma resposta eficaz a quaisquer tipos de incidentes.

Por outro lado, segundo Da Cruz (2021), não existiria, até o advento da Guerra da Ucrânia, uma clara percepção, no nível político, governamental, com a ameaça cibernética para o país, em que pese os eventos internacionais anteriores provando o contrário. Coerente com a resolução desse problema anotado, em 2022, Portugal aprovou a Estratégia Nacional de Ciberdefesa, que prevê entre outras providências, a criação de um Comando Conjunto de Defesa Cibernética e de uma Escola de Ciberdefesa, visando a atualização das Forças Armadas portuguesas nesses quesitos.

Ao mesmo tempo, a Estratégia, acima mencionada, procura aproximar os instrumentos nacionais àqueles de organizações que Portugal integra, com destaque para o novo Conceito Estratégico da OTAN e para a Bússola Estratégica da União Europeia, que focam em ações informacionais, contribuindo também para fomentar o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico na esfera desses agrupamentos de países.

No campo das tendências atuais, apesar de muitas questões em aberto, o pensamento português sobre a ação informacional vem sendo bastante impactado pela Guerra na Ucrânia, ora em curso. Segundo editorial da Revista Militar (2022),

neste conflito existem dois aspetos a salientar, pelos efeitos de âmbito estratégico e tático que têm alcançado: a Estratégia de Comunicação e a Utilização do Espaço em termos militares. No primeiro caso, a Ucrânia vem tendo melhor desempenho na “Guerra de Narrativas”, visando o apoio da Comunidade Internacional, do que a Rússia. Já no que diz respeito ao espaço, “os dois contendores têm-no feito, seja com ações no ciberespaço, informação (data e imagens) provenientes de satélites, “data links”, Comunicações, GPS, TIC, Robótica, IA e IOT, mas, particularmente, o acréscimo do número de satélites “Low Earth Orbit”, vocacionados para as comunicações e obtenção de imagens, que se contam por milhares.

Fig 2 – Militares portugueses em ação cívico-social na RCA.



Fonte: Exército Português (2023).

Desse modo, podemos notar que há uma significativa preocupação dos militares portugueses para entender as dinâmicas da atual conjuntura, no que tange à Guerra Informacional, observando os eventos em curso e buscando a adaptação de seus processos, obtenção de ferramentas

tecnológicas adequadas e, sobretudo, treinamento dos recursos humanos para o enfrentamento dessa desafiadora questão informacional.

EMPREGO DE DISPOSITIVOS EXPLOSIVOS IMPROVISADOS

Para a doutrina portuguesa, por meio de seu Glossário de Termos Militares, basicamente, os empregos de dispositivos explosivos improvisados (IED) são definidos como qualquer “dispositivo colocado ou fabricado de forma improvisada, contendo produtos químicos, explosivos, incendiários, tóxicos ou agressivos e concebido para matar, ferir, incapacitar ou causar distúrbios de qualquer tipo” (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2020).

O projeto dos IED e os sistemas de disparo utilizados variam do “simples” ao tecnologicamente desenvolvido, sendo que os custos de produção, em geral, são baixos e os componentes utilizados incluem não apenas munições militares, como minas ou projéteis de artilharia, mas também substâncias disponíveis comercialmente e que podem ser combinadas para produzir os chamados explosivos caseiros.

A ameaça dos IED, embora longe de ser algo recente, ganhou destaque internacional a partir da repercussão das ações da insurgência iraquiana no combate às tropas da coalizão internacional, que invadiram o Iraque, a partir de 2003. No entanto, longe de seu emprego se limitar àquele país, foi usado, cada vez mais intensamente em outros conflitos, sintomaticamente, em áreas próximas, com destaque para o Afeganistão (onde também havia um conflito entre insurgentes e tropas estrangeiras) e o Líbano.

Foi precisamente com a operação de suas tropas nesses três ambientes operacionais, com destaque para o Afeganistão (onde a maioria das tropas portuguesas, efetivamente, entrou em combate contra insurgentes do Taliban), que as forças militares portuguesas obtiveram valiosas experiências sobre as melhores técnicas de combate aos IED.

Na visão da Engenharia do Exército de Portugal, o conhecimento técnico de seus grupos *explosive ordnance disposal* (EOD), sobre o uso e funcionamento dos explosivos

e das prováveis ameaças, é essencial para a localização, identificação, abordagem e diagnóstico relativo às possíveis ameaças, permitindo, posteriormente, uma segura neutralização. Contudo, cumprindo o inestimável princípio da preservação da vida de seus operadores, essas operações são efetuadas sob a prioridade de emprego de meios remotos, semiremotos e manuais, nessa respectiva ordem, sendo esses meios os que ditam de forma estrita a capacidade operacional do chamado Grupo de Equipes EOD [4] (GrEqEOD), presentes nos Regimentos de Engenharia nº1 (RE 1, situado em Tancos, região central de Portugal) e nº 3 (RE 3, situado em Espinho, no norte do país).

Para tanto, existe o Centro de Excelência em Contra-IED, dentro do RE 1, que visa adquirir as melhores práticas no combate ao IED. Além disto, o elevado risco inerente às diversas tarefas executadas pelas equipes EOD, justifica o forte fundamento para que as mesmas sejam providas com os melhores e mais modernos equipamentos dedicados ao enfrentamento dos IED, permitindo, desta forma, a proteção das equipes e a liberdade de movimentos nas operações em ambientes operacionais assimétricos (O ALMOUROL, 2021).

Esses equipamentos podem ser tão variados como os *Robots Unmanned Ground Vehicle* [5] (*UGV*), canhões disruptores/*despoletadores*, trajes de proteção, *Jammers/Electronic Countermeasures* [6] (*ECM*) entre muitos outros.

Nessa área tecnológica, desde 2004, que o GrEqEOD possui um robô pesado capaz de desempenhar diversas tarefas de reconhecimento e inativação com um elevado grau de precisão e segurança, o *TELEROB Explosive Ordnance Disposal and Observation Robot* (TEODOR) [7], da empresa alemã TELEROB (também em utilização pelo Exército Brasileiro). No entanto, devido à exigência e à necessidade de mobilidade das equipes EOD, em contextos operacionais cuja projetabilidade é fator condicionante, foram concluídos, em 2019 e 2020, os processos de aquisição de novos equipamentos remotos, designadamente o *DragonRunner 20* (DR-20) da *QuinetiQ USA* e o *Nerva XX* da Francesa *Nexter Robotics*, consubstanciando

um valioso incremento na capacidade de atuação remota dessa subunidade (O ALMOUROL, 2021).

O DR-20, adquirido em 2019, é um robô ligeiro (*Small Unmanned Ground Robot*) de reconhecimento, manipulação e inativação através de canhão disruptor próprio. Possui capacidade para levantar objetos até 5 kg, consegue deslocar-se a uma velocidade máxima de 6 km/h, dispõe de uma autonomia de operação entre 3 a 4 horas e apresenta como pontos fortes o seu reduzido peso (cerca de 20 kg), proporcionando facilidade de transporte em versão individual por uma equipe EOD que esteja em apoio a uma unidade de manobra, na qual dos seus procedimentos tenha de resultar uma ação célere e eficaz de avaliação da ameaça.

O *Nerva XX*, adquirido em 2020, devido à vasta panóplia de *payloads* e capacidades que os mesmos lhe conferem, pode ser considerado como um *Medium Unmanned Ground Robot*. Apresenta-se como um equipamento ágil, preciso e com sistemas de observação e controle que permitem inspeção visual com ampliação de até 36 vezes; navegação por georreferenciação e repetição de sinal entre outros equipamentos (emparelhamento) para alargamento de distância de operabilidade e ganho em áreas edificadas.

Com essas recentes adições está, atualmente, o GrEqEOD equipado para apoiar qualquer força terrestre independentemente da sua tipologia, no campo da atuação remota sobre engenhos explosivos improvisados (O ALMOUROL, 2021).

Embora já sejam usados há muitas décadas em conflitos militares e civis em todo o mundo, a combinação de sua facilidade de uso com seu impacto midiático provavelmente fará dos IED uma ameaça duradoura. O efeito de campanha cumulativo do uso de IED continua sendo capaz de produzir uma vantagem assimétrica para terroristas, movimentos insurgentes/resistência e elementos desonestos, mesmo contra forças convencionais tecnologicamente superiores.

Para o Exército Português, os IED devem continuar, em um futuro próximo, a serem as armas escolhidas pelas forças oponentes/inimigas para atacar as forças e populações amigas em cenários de ocorrência de guerra

híbrida. Provavelmente, esse fenômeno continuará por décadas, seja com o IED como a única ameaça ou combinado com outros dentro de um cenário complexo híbrido (por exemplo: a possibilidade de ampla disseminação de IED por sistemas aéreos remotamente pilotados (SARP), de forma isolada ou por enxames.

CONTRAINSURGÊNCIA

Na doutrina portuguesa, dada a sua total imersão conceitual naquilo que é preconizado pela OTAN, aceita-se o uso dos conceitos de insurgência e contrainsurgência, conforme adotado por aquela Aliança, embora com ressalvas. É que na visão portuguesa, o termo insurgência é considerado de origem anglo-saxônica, havendo termo correspondente em português (RODRIGUES, 2010). Desse modo, com sentido idêntico, é usado preferencialmente o conceito de guerra subversiva, atendendo a tradição militar portuguesa, que considera a subversão como uma fase avançada de uma insurreição.

Pelo Glossário de Termos e Definições Militares do Exército Português, em sua versão mais recente, datada de fevereiro de 2020, acha-

se a definição do que se trata guerra subversiva [8], não havendo ainda, nessa versão, a adoção do termo insurgência.

A experiência portuguesa advém, principalmente, de sua longa guerra travada nas antigas colônias daquela potência europeia em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (1961-1974). A chamada Guerra do Ultramar, ou Guerra Colonial Portuguesa, durou cerca de treze anos, mobilizou milhares de militares portugueses, que foram despachados para o continente africano tentando evitar a independência daqueles países acima mencionados.

Foram mandados para a África, ao longo da guerra, cerca de 150 mil militares, tendo Portugal sofrido milhares de baixas, incluindo cerca de 8.000 mortos, tendo causado estimadas 100.000 fatalidades nas forças insurgentes. Para além dessa estatística negativa, as Forças Armadas portuguesas, em especial, o Exército português, amalharam um vasto cabedal de experiências sobre como lidar militarmente com uma insurgência (no sentido de guerra subversiva), ou seja, como tentar debelar, *manu militari*, uma revolta em determinado território, contra a ordem política vigente.

Fig 3 – Tropas portuguesas atuando na RCA.



Fonte: WARRIORS (2019).

Em certo ponto da guerra acima mencionada, por volta de 1965/1966, o Estado-Maior do Exército português reuniu as lições aprendidas naquele conflito em um compêndio doutrinário que visava manter em elevado grau o adestramento das tropas que eventualmente seriam utilizadas naquele conflito. Com o manual “O Exército Português na Guerra Subversiva” (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2022b), foi assim consolidada uma doutrina portuguesa de contra subversão, caracterizada por táticas, técnicas, e procedimentos (TTP) que, adaptados à realidade bélica contemporânea, buscam ser aplicados, com adaptações, pelas tropas portuguesas atualmente desdobradas em teatros de operações complexos, como é, por exemplo, o caso na República Centro-Africana [9].

Na visão portuguesa, a guerra insurreccional insere-se dentro do conceito de subversão. A subversão, que pode ser entendida como uma técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais para cercear a capacidade de reação, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo, não conduz, continuamente, à guerra subversiva, mas antecede-a e/ou acompanha-a e, em regra, trava-se no plano militar sob a forma de guerrilhas. No fundo, e de uma forma abreviada, a guerra subversiva corresponde à subversão em armas. A guerra insurreccional – confunde-se com o conceito de guerra interna, sendo “(...) uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder político constituído” (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2022b, p.149). De acordo com essa definição, diferencia-se da guerra subversiva por não ser conduzida obrigatoriamente pela população civil.

Na visão militar portuguesa contemporânea, à luz de suas experiências recentes no Afeganistão e na África, as questões cruciais (fases, formas, características e princípios de ação), permanecem as mesmas, não havendo novos conflitos, mas sim oponentes, estratégias, e ambientes operacionais, diferentes. Fazendo certamente parte da resposta a uma guerra híbrida, a contrainsurgência, deverá viabilizar “a combinação de meios convencionais e não convencionais, conjugados com os restantes ingredientes, é materializada simultaneamente no espaço e no tempo para atingir um objetivo: a conquista da população” (DE OLIVEIRA, 2021).

Temos aí certamente um enlace com a dimensão informacional do combate.

Relativamente às questões ideológicas, elas não andariam muito longe das do passado. Na visão de um general português sobre o tema: “enquanto nos anos 1960 os insurgentes lutavam contra uma potência colonizadora, nos conflitos do século XXI estas lutas serão contra aqueles que eles designaram por invasores, sendo que no Afeganistão este papel está materializado pelas forças da NATO (RODRIGUES, 2010).

Segundo De Oliveira, o principal desafio para o componente militar de tropas que terão que necessariamente combater uma insurgência será não “abandonar as capacidades convencionais ou transformar as estruturas existentes em forças de contrassubversão, mas desenvolver capacidades que até recentemente eram consideradas fora do catálogo das capacidades militares e lhes permitam expandir o leque de missões” (VISACRO, 2018, 207). No entanto, Hoffman (2007) alerta para o risco de se criarem forças “generalistas” em vez das desejadas forças “multitarefa”, com flexibilidade e capacidade de combate real (DE OLIVEIRA, 2021).

No que tange à visão de futuro vislumbrada pelos portugueses sobre o complexo tema, há uma clara ideia de que as contrainsurgências serão atividades operacionais sempre presentes no futuro, atendendo sempre às variantes, acima mencionadas, no que tange ao inimigo, ao meio e às tecnologias a serem utilizadas pelas forças em presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não haver ainda definido do que se trata o conceito de guerra híbrida, Portugal possui uma rica tradição militar, bem com uma valiosa experiência com tropas desdobradas em diversos ambientes operacionais complexos nos últimos anos. Desse modo, parece evidente que as Forças Armadas portuguesas têm plenas condições de contribuir com as demais forças militares interessadas em como se contrapor às ameaças ou guerras híbridas.

No que tange às EMP, embora os portugueses achem que seu papel é bastante controverso, em especial no continente africano, e que deveria ser limitado, é um fenómeno que deve aumentar nas próximas décadas. No que diz respeito às condutas na vertente informacional, os portugueses vêm envidando

esforços para se manterem atualizados com as demandas operacionais da OTAN nesse quesito, dando relevo às preocupações com a ciberdefesa, e a busca pela excelência no quesito Defesa Inteligente. Na questão da luta contra os dispositivos explosivos improvisados (EID), Portugal colheu experiências nas missões em que tomou parte e está buscando deixar suas equipes de especialistas, cada vez mais adestradas, atualizadas e bem equipadas, visando que suas tropas sejam capazes de fazer a diferença onde quer que atuem. Finalmente, no que interessa à contrainsurgência, os militares portugueses pretendem aliar sua

experiência de guerra contra as insurgências nacionalistas africanas como modelo a ser atualizado, enriquecido com vivências recente (Oriente Médio e África Central) difundido para as atuais e futuras gerações militares.

Em suma, em que pese a discussão acima ter se limitado a um leque de assuntos de interesse, fica claro que a guerra híbrida, como um fenômeno recente, complexo e dinâmico, mas já em aplicação aparente em conflitos recentes, deve ser objeto de uma atenção cada vez maior por parte dos Exércitos interessados em resistir, rechaçar e vencer essa desafiadora modalidade de guerra contemporânea.

REFERÊNCIAS

- A MENSAGEM. *Entrevista ao Exmo. Brigadeiro-General Viegas Nunes*. Porto: Boletim Informativo do Regimento de Transmissões do Exército Português. Edição de 2022. 80p
- BILAL, Arsani. *Hybrid Warfare: new threats, complexity and trust – as the antidote*.in NATO Review. 30/11/2021. <https://www.nato.int/docu/review/articles/2021/11/30/hybrid-warfare-new-threats-complexity-and-trust-as-the-antidote/index.html>. Último acesso em 06/02/2023.
- DA CRUZ, Alfredo Pereira. *Ciberwar: ameaça invisível*. Lisboa: Revista Militar. Edição 2635/2636. Agosto e Setembro 2021. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1574>. Último Acesso em 05/02/2023.
- DA VINHA, Luis Miguel. *As Empresas Militares Privadas e o peacekeeping*. Lisboa: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. 2009.
- DE OLIVEIRA, Antonio José Fernandes. *Guerra Híbrida*. Lisboa: Revista Militar. 2635/2636. Agosto/Setembro 2021. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1576>. Último Acesso em 05/02/2023.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS. *Glossário de Termos e Definições do Exército Português*. Lisboa: Estado-Maior do Exército. Fevereiro de 2020. 176p.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS. *Militares do Exército Português distinguidos pela União Europeia na República Centro-Africana*. Matéria do site oficial do Exército Português. Novembro de 2022. Disponível em <https://www.exercito.pt/pt/informacao-publica/noticias/4632>. Último acesso em 06/02/2023.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS. *O Exército Português na Guerra Subversiva: edição bilingue do manual de 1966, ampliada com comentários e informação histórica*. Lisboa: Estado-Maior do Exército. 2022. 166p;
- EXÉRCITO PORTUGUÊS. *Página oficial de recrutamento do Exército Português*. Disponível em <https://www.exercito.pt/pt/junta-te/rc-rv>. Último acesso em 10/02/2023.
- FOREIGN POLICY MAGAZINE. *Inside a European Center to Combat Russia's Hybrid Warfare*. Por Reid Standish, publicado em 18 JAN 2018. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2018/01/18/inside-a-european-center-to-combat-russias-hybrid-warfare/>. Último acesso em 04 FEV 2023;
- m, Lotta; WALENSTEEN, Peter. *Armed Conflict 1949-2006*. Oslo: Journal of Peace Research, 44(5), 623–634. 2007. 12p.
- GILBERTSON, ASHLEY. *Mercenarios del Grupo Wagner en Bangui, República Centroatricana, en 2019*. The New York Times. Julho de 2022. Disponível em <https://www.nytimes.com/es/2022/04/10/espanol/rusia-ucrania-wagner.html>
- GOMES, Luis Miguel Rodrigues. *A Expansão Global das Empresas Militares Privadas: o caso do Wagner Group na RCA*. Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM). In Revista Militar. Edição 2641/2642. fevereiro/março 2022. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/artigo/1622>. Último acesso em 07/02/2023.
- HOFFMAN, Frank. *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies. 2007,
- SARAIVA, Maria Gil; ROQUE, Sônia. *As Empresas Militares Privadas no Contexto do Exercício da Violência Legítima e Desempenho de Funções Militares ao Abrigo do Direito Internacional Humanitário*. Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM). In Revista de Ciências Militares. Volume I. nº 2, novembro de 2013. P.69-86.
- LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing

House Arts, 1999.

MARQUES, Antônio Gameiro. *O Poder da Informação no Poder Militar*. Lisboa: Revista Militar. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Edição 2589. Outubro de 2017. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1271>. Último acesso em 06/02/2023

MATTIS, James N, HOFFMAN, Frank. *Future warfare: The rise of hybrid wars*. In *Proceedings*. Annapolis: United States Naval Institute, 2005. Edição 131. Pag 11-18.

MENEZES, Antonio. *As Empresas Militares Privadas*. Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM). Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Estado-Maior Conjunto. 2008. 74p.

NATO. *NATO's response to hybrid threats*. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_156338.htm. Último acesso em 10 FEV 2023;

O ALMOUROL. *O Grupo de equipas EOD. Tancos: Regimento de Engenharia 1*. Edição 9. Julho de 2021. REVISTA MILITAR. Editorial. Lisboa: Revista Militar. Edição 2651. Dezembro de 2022. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/revpp/1>. Último Acesso em 07/02/2023.

RODRIGUES, Jorge. *"Insurgência" ou "Subversão"? Contributos para a compreensão e enquadramento actual*. Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM). Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Estado-Maior Conjunto. 2010. 69p.

VAN CREVELD, Martin. *The Transformation of War*. Nova Iorque: Free Press, 1991. 15ª edição.

VISACRO, Alessandro. *A Guerra na Era da Informação*. São Paulo: Contexto

WARRIORS. *Operação Wegnnyen Negoye (ou Operation Hammer) na Republica Centro Africana*. In *The Way of the Warrior's*. Revista Online. Julho 2019. Disponível em <https://warriors.pt/wp-content/uploads/2019/07/dadfe1-2aad-4261-8ebb-dd8554ac741e-2.jpg>. Último acesso em 10/02/2022.

NOTAS

[1] Ganhou significativa relevância e valor em anos recentes, na medida em que os países passaram a empregar atores não estatais e tecnologia da informação para subjugar seus adversários durante ou – mais importante – na ausência de um conflito armado direto” (BILAL, 2021).

[2] *“such as propaganda, deception, sabotage and other non-military tactics – have long been used to destabilise adversaries. What is new about attacks seen in recent years is their speed, scale and intensity, facilitated by rapid technological change and global interconnectivity”* (NATO, 2023).

[3] Estrutura similar ao Centro de Doutrina do Exército (C Dou Ex) no Exército Brasileiro, chefiado por um coronel tirocinado (oficial com a patente de coronel que tenha concluído o Curso de Promoção a Oficial-General, necessário para a eventual promoção a oficial-general).

[4] EOD – *Explosive Ordnance Disposal*, ou seja, neutralizadores de artefatos explosivos. (Nota do Autor).

[5] Veículos terrestres autônomos/robóticos.

[6] Misturadores eletrônicos/Contramedidas Eletrônicas.

[7] Robô de Observação e Neutralização de Artefatos Explosivos.

[8] Ação levada a cabo com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído. A motivação é política e resulta em violência não limitada a um território ou país, podendo terminar na eclosão de um conflito militar clássico. A subversão pode resultar do final de uma guerra ou do recrudescimento de uma paz instável (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2020).

[9] A presença militar portuguesa na República Centro-Africana se dá por meio da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-africana (MINUSCA), o que inclui cerca de 200 militares portugueses que incluem tropas de reação rápida, infantaria leve e outras especialidades.

SOBRE O AUTOR

O Coronel de Engenharia Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves é Oficial de Ligação do Exército Brasileiro nas áreas Cultural e Doutrinária junto ao Exército Português, em Lisboa, Portugal. Foi declarado Aspirante a Oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1996. É mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO)-2004, possui o curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)-2014, bem como o mestrado acadêmico pelo Instituto Meira Mattos-2014. Realizou o Curso de Equipamento de Engenharia da Escola de Instrução Especializada (EsIE) em 1999 e o Estágio de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em 2006. Comandou a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, em São Borja-RS e o 8º Batalhão Logístico, em Porto Alegre-RS. Foi oficial do Estado-Maior da Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti, na MINUSTAH, Porto Príncipe-Haiti, em 2009 e Of de EM do Comando Militar do Norte e da 11ª Bda Inf L (hermes.goncalves@eb.mil.br).